

O terceiro turno entre Olívio e Britto: a eleição para a presidência da ALRS (1999-2002) sob a ótica da coluna Página 10

The Third Round between Olívio and Britto: The Election for the Presidency of the ALRS (1999-2002) from the perspective of the Página 10 column

Alessandro Fernandes*
<https://orcid.org/0000-0002-0356-2565>

Resumo

Este estudo analisa a disputa pela presidência da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (ALRS) após as eleições de 1998 para governador, refletindo um “terceiro turno” entre Olívio Dutra (PT) e Antônio Britto (PMDB). A pesquisa utiliza a cobertura do *jornal Zero Hora*, especialmente a coluna *Página 10*, e adota a história pública como abordagem teórico-metodológica. O objetivo é investigar as estratégias, alianças e impactos dessa eleição, oferecendo contribuições para o entendimento das dinâmicas políticas regionais e seus reflexos na política brasileira.

Palavras-Chaves: Política Gaúcha. Bastidores. Contexto Eleitoral. Zero Hora.

Abstract

This study analyzes the dispute for the presidency of the Legislative Assembly of Rio Grande do Sul (ALRS) after the 1998 elections for governor, reflecting a “third round” between Olívio Dutra (PT) and Antônio Britto (PMDB). The research uses the coverage of the newspaper *Zero Hora*, especially the *Página 10* column, and adopts public history as its theoretical-methodological approach. The aim is to investigate the strategies, alliances and impacts of this election, offering contributions to the understanding of regional political dynamics and their impact on Brazilian politics.

Keywords: Politics in Rio Grande do Sul. Backstage. Electoral Context. Zero Hora.

*Doutorando em Direito Público pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. E-mail: alfernandes@edu.unisinos.br



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Introdução

A eleição para a presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (ALRS) em 1999 constituiu um marco na história política regional, caracterizado por intensa polarização e reconfigurações partidárias. Em um contexto pós-eleitoral marcado por profundas divisões, a disputa pelo comando da ALRS colocou em evidência o confronto entre dois polos políticos: a base aliada do recém-eleito governador Olívio Dutra (PT) e os apoiadores do ex-governador Antônio Britto (PMDB). Essa conjuntura revelou uma ruptura com as tradições informais que historicamente regulavam a alternância na presidência da Casa Legislativa, ao mesmo tempo em que trouxe à tona a complexidade das articulações partidárias e o papel estratégico desempenhado pela mídia na formulação de narrativas e arranjos institucionais.

O episódio em questão simboliza não apenas um ponto de inflexão na política estadual, mas também um microcosmo das transformações políticas que marcaram o Brasil no final do século XX. O rompimento de pactos informais e o realinhamento das forças partidárias evidenciam um cenário de disputa que transcendeu o âmbito local, impactando de forma significativa a dinâmica política regional e nacional. Além disso, a influência exercida pelos meios de comunicação, especialmente o *jornal Zero Hora* (ZH), por meio de sua coluna Página 10, demonstra como a mídia atuou não apenas como observadora, mas também como agente ativo no processo político, moldando percepções e influenciando resultados.

O presente estudo tem como objetivo geral investigar os bastidores, as articulações políticas e as estratégias midiáticas que caracterizaram a eleição para a presidência da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (ALRS) em 1999, buscando compreender os impactos desse evento no panorama político estadual. Para tanto, são definidos objetivos específicos, como analisar a cobertura do jornal *Zero Hora* no período, com destaque para a coluna Página 10, a fim de compreender como o veículo retratou a disputa e quais narrativas foram privilegiadas na mediação dos debates políticos. Além disso, objetiva-se identificar os agentes políticos centrais e suas articulações, mapeando os principais atores envolvidos no processo e avaliando como suas estratégias e alianças influenciaram o resultado da eleição. Outro ponto de análise é o impacto das dinâmicas políticas no cenário estadual, examinando de que forma a eleição para a presidência da ALRS alterou o equilíbrio interno da Assembleia e contribuiu para redefinir o quadro político regional. Por fim, pretende-se contextualizar o evento à luz da história pública, explorando o

papel da imprensa na construção de narrativas políticas e na consolidação de memórias históricas, conectando os resultados desse episódio às transformações políticas mais amplas.

A relevância deste estudo está fundamentada em sua contribuição para a compreensão das transformações políticas no Rio Grande do Sul em um período marcado por crescentes polarizações e disputas ideológicas. O rompimento das tradições informais na eleição da presidência da ALRS e o papel desempenhado pela mídia não apenas refletem os desafios enfrentados pelas instituições democráticas, mas também sinalizam processos de reconfiguração política que transcenderam o âmbito estadual, influenciando a política nacional de forma duradoura.

Ademais, ao valorizar a história pública como ferramenta analítica, a pesquisa reforça a importância de integrar fontes não convencionais, como a imprensa, ao arcabouço teórico-metodológico da historiografia. O estudo da cobertura jornalística oferece subsídios valiosos para a análise das relações entre política, mídia e poder, ampliando as possibilidades interpretativas e contribuindo para uma abordagem interdisciplinar.

Contexto e metodologia

A escolha do *jornal Zero Hora* como objeto central de análise justifica-se por sua posição de destaque no cenário midiático gaúcho, sendo um dos veículos mais influentes no período em questão. A coluna *Página 10*, liderada por José Barrionuevo, destacou-se como um espaço privilegiado para articulações e embates políticos, configurando-se como uma fonte essencial para compreender as relações entre mídia, política e poder.

Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na análise crítica de fontes primárias e secundárias. As atas legislativas da ALRS, colunas jornalísticas e editoriais serão examinados com o objetivo de identificar narrativas, estratégias e tendências político-partidárias. A perspectiva da história pública norteia a análise, ao valorizar a imprensa como fonte documental que registra e constrói memórias históricas.

Além disso, a pesquisa será guiada pelo conceito de culturas políticas, que permite desvendar as práticas, tradições e relações de poder que estruturaram as disputas na ALRS. Ao reconhecer a imprensa como um “rascunho

bruto da história”¹, o estudo busca ampliar o entendimento das interações entre sociedade, instituições e poder, enriquecendo o debate historiográfico.

Contribuição acadêmica

Este estudo se propõe a lançar luz sobre os impactos da eleição para a presidência da ALRS em 1999, articulando perspectivas políticas, midiáticas e históricas para compreender as complexidades do período. Ao enfatizar o papel da mídia como agente ativo na construção de narrativas políticas, a pesquisa reafirma a importância de abordagens interdisciplinares para a compreensão das dinâmicas de poder no Brasil.

Em um contexto de crescente interesse acadêmico pelas dinâmicas de polarização e reconfiguração partidária, a análise do caso da ALRS em 1999 oferece subsídios valiosos para o estudo das relações entre política e mídia, bem como para o entendimento das transformações políticas em contextos de crise e instabilidade. Assim, este trabalho contribui para ampliar os horizontes teóricos e metodológicos das ciências humanas, promovendo uma abordagem integrada e inovadora.

Utilização de periódicos como fonte de pesquisa

Até um período recente, os historiadores brasileiros adotavam uma postura cautelosa em relação à utilização de fontes como jornais e revistas em suas pesquisas². Esta abordagem contrastava significativamente com a tradição francesa, notadamente representada pelos *Annales*, cujo surgimento propiciou uma expansão substancial na compreensão do que poderia ser considerado validamente como fonte documental na pesquisa histórica. Contudo, foi somente com o advento da terceira geração dos *Annales* e o fortalecimento da História Cultural após os movimentos de maio de 1968 que a historiografia brasileira começou a reavaliar e reconsiderar sua postura em relação aos periódicos, passando a reconhecê-los como documentos-fonte válidos e enriquecedores³.

¹ DIAS, André Bonsanto. **Para além do rascunho: jornalistas “fazedores de história” e as memórias do golpe de 1964, cinquenta anos depois**. Juiz de Fora, UFJF: Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação, v. 8, n. 2, pp. 1-17, dez. 2014.

² LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINKSY, Carla Bassanesi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

³ LAPUENTE, Rafael Saraiva. A Imprensa como Fonte: Apontamentos Teóricos-Metodológicos Iniciais Acerca da Utilização do Periódico Imprensa na Pesquisa Histórica. **Revista de História Bilros**. História(s),

A imprensa, portanto, destaca-se como uma valiosa fonte de dados e elementos, sendo muitas vezes a única disponível para a reconstituição histórica de determinados períodos. Essa característica possibilita um entendimento mais aprofundado das sociedades, abrangendo aspectos como condições de vida, manifestações culturais e políticas, entre outros⁴.

O cenário atual reflete uma transformação notável nessa perspectiva, com o emprego de jornais e revistas tornando-se cada vez mais predominante no âmbito do ensino e na investigação de diversas temáticas no campo histórico. Essa evolução é respaldada pela visão do ex-presidente do Washington Post, Philip Graham, que caracterizou o jornalismo como um “rascunho bruto da história”⁵.

Contudo, ao adentrarmos na utilização dessas fontes, é essencial reconhecer a natureza não neutra desses materiais. Esses veículos frequentemente refletem interesses econômicos, políticos e ideológicos, demandando, assim, uma abordagem crítica e cuidadosa por parte dos pesquisadores. Nesse sentido, a análise dessas fontes deve ser conduzida com uma consideração meticulosa do contexto, a fim de compreender plenamente sua complexidade e nuances, contribuindo, dessa forma, para a construção de uma narrativa histórica mais rica e contextualizada⁶.

Jornal Zero Hora, Página 10 e José Barrionuevo

O jornal Zero Hora (ZH), fundado em 4 de maio de 1964, declarou em seu editorial inaugural ser “autenticamente gaúcho, democrático, sem vínculos políticos, visando servir ao povo dentro do respeito às leis.” Em 24 de janeiro de 1993, incorporou a coluna “Página 10”, liderada pelo jornalista José Barrionuevo, anteriormente colunista no Jornal Correio do Povo, tornando-se o principal colunista político⁷.

Sociedade(s) e Cultura(s), v. 4, n. 6, pp. 11-29, ago. 2016.

⁴ ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduação de História**, v. 4, 1985.

⁵ DIAS, André Bonsanto. **Para além do rascunho: jornalistas “fazedores de história” e as memórias do golpe de 1964, cinquenta anos depois**. Juiz de Fora, UFJF: Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação, v. 8, n. 2, dez. 2014, p. 6. VIEIRA, Lucas Schuab. *A Imprensa como Fonte para a Pesquisa em História: Teoria e Método*. Lisboa: **Revista Recensio**, 2010.

⁶ DIAS, André Bonsanto. **Para além do rascunho: jornalistas “fazedores de história” e as memórias do golpe de 1964, cinquenta anos depois**. Juiz de Fora, UFJF: Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação, v. 8, n. 2, pp. 1-17, dez. 2014.

⁷ LEÃES, Eduardo Terres. **Coluna política e agendamento: a “Página 10” do Jornal Zero Hora**. 2009. [Dissertação de Mestrado]. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Programa de

O nome “Página 10” faz uma alusão ao jornal argentino Página 12, conhecido por sua postura crítica à ditadura militar. A coluna, mesmo veiculada em outras páginas, mantém o nome “Página 10”⁸. Com formato tabloide, destaca-se pelos textos curtos e pela seção “Mirante”, que registra notas sem títulos, revelando, entre outras informações, movimentações políticas inéditas⁹.

Barrionuevo, alinhado ao então Governador Antônio Britto, ex-editor de política do ZH, refletiu sua afinidade na cobertura, elogiando positivamente a gestão de Britto¹⁰. Essa inclinação não era única no ZH, já que a RBS, afiliada da Rede Globo e proprietária do jornal, desempenhava um papel significativo no cenário político gaúcho, como afirmou o diretor-presidente Nelson Sirotsky em entrevista à Carta Capital¹¹.

Já nos primeiros meses de 1998, o colunista Mendes Ribeiro¹², do Correio do Povo, abordou a situação, indicando que era amplamente conhecido que a reeleição de Antônio Britto estava sendo viabilizada por consideráveis recursos financeiros. Esse contexto não apenas evidencia a convergência entre interesses políticos e midiáticos, mas também ressalta a influência marcante da mídia na configuração do cenário político regional naquele período¹³.

No contexto da campanha eleitoral de 1998, o Partido dos Trabalhadores (PT), frequentemente associado a uma postura crítica às mídias que rotulava como “chapa branca”, engajou-se em uma disputa aberta com o colunista Antônio Barrionuevo, culminando na obtenção de dois direitos de resposta pela agremiação partidária¹⁴. Em reação, o colunista contestou a decisão em

Pós-Graduação em Comunicação Social, 2009, 165 p.

⁸ Ib. Ibid.

⁹ SCHUSTER, Marco Antonio Franzmann. **Página 10 e PT: jornalismo e política na sociedade de comunicação**. 2002. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, 2002, 184 p.

¹⁰ Ib. Ibid.

¹¹ LUSSANI, Maria. O CR-P nas eleições de 1998 para o governo gaúcho: A vitória da contra-hegemonia. **Revista Contracampo**, n. 09, 2003, p. 73.

¹² Mendes Ribeiro, para além de sua carreira como jornalista, acumulava a experiência de dois mandatos como Deputado Federal pelo PMDB. Destaca-se ainda que ele enfrentara uma derrota nas eleições internas do partido, mais especificamente na convenção que definiu o candidato para o cargo de governador na eleição de 1994, sendo superado por Britto. SOUZA, Carlos Alberto de. Britto é indicado para o Governo do RS. **Folha de São Paulo**, 07 mar. 1994.

¹³ Ib. Ibid.

¹⁴ BARRIONUEVO, José. Página 10. **Jornal Zero Hora**, 28 ago. 1998, p. 10; Ib. Página 10. **Jornal Zero Hora**, 29 ago. 1998b, p. 10. Ib. Ibid. SCHUSTER, Marco Antonio Franzmann. Do Raio X à Página 10: uma história do colunismo político gaúcho. **Revista FAMECOS**, v. 10, n. 21, pp. 121-129, 2003.

sua coluna, alegando que “A Lei eleitoral é draconiana. Afronta uma cláusula pétrea da Constituição: a liberdade de imprensa”¹⁵.

Posteriormente, na coluna publicada em 10 de setembro de 1998, Barrionuevo ironizou os pedidos de direito de resposta apresentados pelo PT, referindo-se à declaração do então governador Antônio Britto sobre o reconhecimento do Rio Grande do Sul pela ONU como o estado brasileiro com a melhor qualidade de vida. Em tom jocoso, escreveu: “Só espero que a ONU não sofra um processo de direito de resposta do PT”¹⁶

Após a conclusão do processo eleitoral, mesmo mantendo sua liderança na oposição ao governo de Olívio Dutra por meio de sua coluna, José Barrionuevo realizou uma autocrítica em relação à sua atuação durante o período do governo Britto¹⁷.

Nada me prejudicou tanto quanto esta identificação com o governo Britto. E te digo mais: se a imprensa tivesse sido mais dura com ele, ele teria, até, de repente, vencido a eleição. Eu falo em relação a mim. Eu acho que deveria ser muito mais crítico, mesmo concordando com o projeto e a idéia do projeto (...). Eu acreditei no governo Britto por que achava que havia necessidade de um governo que fizesse as reformas que eram reclamadas há 30 anos. Eu vi que o Britto estava querendo dar aquela virada¹⁸.

Diante da habilidade da coluna “Página 10” em tanto moldar a agenda da oposição ao governo Olívio no parlamento quanto ser influenciada por esses atores, nossa proposta consiste em analisar a cobertura do Jornal ZH, com especial atenção a esta coluna, no período que antecedeu a eleição para a presidência da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

O embate político entre Olívio Dutra e Antônio Britto

A *FourFourTwo*, prestigiada revista esportiva de renome internacional, colocou em evidência o clássico GRENAL, classificando-o como o oitavo embate de maior rivalidade no mundo, além de o designar como o mais intenso

¹⁵ BARRIONUEVO, José. Página 10. **Jornal Zero Hora**, 1 set. 1998, p. 10.

¹⁶ Brito apud BARRIONUEVO, José. Página 10. **Jornal Zero Hora**, 10 set. 1998, p. 12.

¹⁷ Entrevista privada em 4 de dezembro de 2000.

¹⁸ BARRIONUEVO apud SCHUSTER, Marco Antonio Franzmann. Do Raio X à Página 10: uma história do columnismo político gaúcho. **Revista FAMECOS**, v. 10, n. 21, 2003, p. 126.

no cenário esportivo brasileiro¹⁹. Este confronto, que é a personificação do embate futebolístico entre Grêmio e Internacional, tem raízes profundas na histórica polarização entre chimangos e maragatos²⁰. No entanto, sua relevância transcende as quatro linhas, influenciando e espelhando-se de maneira marcante no panorama político do Rio Grande do Sul.

Nos anos 80, emergiu no contexto gaúcho uma rivalidade política que antecipou, de certa forma, padrões que se manifestariam nacionalmente décadas depois. O primeiro capítulo desse embate ocorreu na eleição para a prefeitura de Porto Alegre em 1988, marcando o início da mais notável rivalidade política na redemocratização do estado.

Olívio Dutra, fundador do PT e ex-presidente dos sindicatos dos bancários, obteve expressiva votação na Assembleia Constituinte de 1986, conquistando 54.466 votos. Enquanto isso, Antônio Britto (PMDB), jornalista e porta-voz do falecido presidente eleito Tancredo Neves em 1985, destacou-se como um dos mais votados na mesma eleição, angariando 305.650 votos.

A eleição municipal de 1988 no Rio Grande do Sul contrariou as expectativas das pesquisas de opinião. Nesse pleito, Olívio Dutra emergiu como vitorioso, conquistando 38,91%²¹ dos votos, enquanto Antônio Britto, favorito nas pesquisas, surpreendentemente ficou em quarto lugar, com apenas 11,33% do apoio eleitoral. Esse desfecho inesperado marcou o início de uma sequência de quatro gestões consecutivas do Partido dos Trabalhadores (PT) na prefeitura da capital gaúcha.

Apesar da derrota em 1988, Antônio Britto não viu sua carreira política encerrada. Após uma passagem pelo Ministério da Previdência Social durante o governo de Itamar Franco, ele ressurgiu como candidato em 1994, marcando uma reviravolta em sua trajetória política. Nessa eleição para o cargo de governador, Britto conquistou 52,21% dos votos válidos, finalmente superando Olívio Dutra e assegurando a vitória.

Em 1998, ocorreu o terceiro embate eleitoral no Rio Grande do Sul entre os já tradicionais adversários. Olívio Dutra liderou a Frente Popular, composta por PT, PSB, PCdoB e PCB. Antônio Britto, buscando a reeleição, contou com o apoio de 11 partidos na coligação “Rio Grande Vencedor” (PMDB, PPB, PSDB, PFL, PTB, PL, PSC, PSD, PSL, PRP, PTdoB). Emília Fernandes representou a

¹⁹ PARKINSON, Gari. *FourFourTwo's 50 Biggest Derbies in the World*, No.8: Grêmio vs Internacional. *FourFourTwo*, London, 29 abr. 2016.

²⁰ COIMBRA, David et al. *A história dos Grenais*. L&PM Editores, 2009.

²¹ Naquele momento, a legislação eleitoral não previa a realização de segundo turno nas eleições.

Frente Trabalhista Riograndense (PDT, PST, PMN), e outros quatro candidatos, todos com menos de 1% dos votos válidos, também participaram do pleito²². Em uma eleição acirrada, Olívio Dutra venceu o segundo turno com 50,78% dos votos válidos, sendo decisivo o apoio de Emília Fernandes, terceira colocada no primeiro turno.

Esse episódio eleitoral marcou a entrada do Partido dos Trabalhadores (PT) no governo do Rio Grande do Sul, consolidando a tradição gaúcha de alternância no comando do Palácio Piratini²³, somente abalada com a reeleição do Governador Eduardo Leite (PSDB) em 2022.

Essa dinâmica política não apenas deixou uma marca profunda na história estadual, mas também antecipou o surgimento de fenômenos que se repetiriam em escala nacional nas décadas seguintes. Este panorama político complexo e intricado foi moldado pela persistente polarização entre dois blocos: o PT e seus partidos aliados, e as forças políticas antipetistas. Essa polarização acrescentou camadas de complexidade ao cenário político brasileiro, contribuindo para a configuração de um ambiente marcado por rivalidades e dinâmicas políticas intensas²⁴.

Eleição para mesa diretora da AL/RS

O Regimento Interno da AL/RS não especifica critérios para a distribuição dos cargos na eleição para a mesa diretora, exceto no artigo 23, § 1º, que estabelece: “Na composição das chapas, serão respeitados, dentro do possível, os critérios de representação pluripartidária e de proporcionalidade”²⁵.

As atribuições do presidente da mesa diretora, definidas nos artigos 31 a 35 do Regimento Interno²⁶, incluem a importante tarefa de determinar

²² Luis Carlos Martins (PRONA), Luis Roberto Saraiva (PPS), Adilson do Santos da Frente Brasil Evangélica (PRN, PRTB) e Nelson Vasconcelos da União Madura (PV, PAN).

²³ WEBER, Maria Helena et al. Por que Olívio venceu? Por que Britto perdeu? **Universidade**: entrevistas. Porto Alegre: UFRGS, pp. 151-163, 2004.

²⁴ Na véspera da transmissão do cargo de governador, Antônio Britto optou por realizar uma viagem à Espanha, passando a responsabilidade para o vice-governador, Vicente Bogo (PSDB), em outro procedimento que guardou semelhanças com o adotado pelo presidente Jair Bolsonaro, 24 anos depois (BARRIONUEVO, José. Página 10. **Jornal Zero Hora**, 30 dez. 1998u, p. 10; Ib. Página 10. **Jornal Zero Hora**, 31 dez. 1998v, p. 10. RIO GRANDE DO SUL. Nota Oficial sobre a Transição de Governo. **Jornal Zero Hora**, 24 e 25 dez. 1998, p. 11.

²⁵ RIO GRANDE DO SUL. **Resolução n. 2.288, de 18 de janeiro de 1991 e alterações**. Dispõem sobre o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1991.

²⁶ Ib. Ibid.

a “Ordem do Dia” e presidir as sessões, com o poder de influenciar a votação de propostas relevantes para o Executivo e outros poderes.

A postura oposicionista do presidente da AL/RS pode paralisar o Poder Executivo, introduzindo “pautas bombas” e obstruindo propostas cruciais, configurando uma dinâmica semiparlamentarista que, em última instância, pode inviabilizar o governo, criando condições políticas para o *impeachment*²⁷.

Embora a tradição de respeitar a proporcionalidade das bancadas eleitas não seja formalmente escrita, representa uma norma de civilidade política aplicada não apenas no parlamento gaúcho. Nos diários de Fernando Henrique Cardoso, é narrada a necessidade de atender ao desejo de Luis Eduardo Magalhães de presidir a Câmara dos Deputados no biênio 1995-1996, equilibrando interesses do PFL e PMDB, conforme percebemos pelo relato abaixo:

No Congresso, decidiu-se de início respeitar a tradição que atribui a Presidência de cada Casa ao respectivo partido majoritário. No entanto, acabou sendo preciso fazer uma composição para assegurar o controle da Câmara dos Deputados ao PFL, com bancada menos numerosa do que o PMDB²⁸.

Desde a redemocratização, essa prática tem sido observada na AL/RS. Na 47ª Legislatura (1987-1991), o PMDB, impulsionado pelo êxito temporário do Plano Cruzado²⁹, conquistou 27 assentos, um a menos do que o necessário para compor sozinho a maioria no plenário da AL/RS. Em comparação, o PT contava com 4 deputados, o PDS com 10, o PDT com 9 e o PFL com 5. Nesse período, a presidência foi compartilhada pelos Deputados peemedebistas Algir Lorenzon e Gleno Scherer.

Na legislatura seguinte, o PDS e PDT obtiveram 13 deputados, seguidos pelo PMDB com 12, PT com 5, PTB com 8 e PFL com 2. Além disso, PSB e PCdoB

²⁷ O impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016, ocorrido em meio aos conflitos com o Presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha, representa um exemplo clássico das consequências extremas desencadeadas pelo confronto entre os comandos dos poderes executivo e legislativo. CUNHA, Eduardo; CUNHA, Danielle. **Tchau, querida: o diário do impeachment**. Matrix Editora, 2021; QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. A natureza jurídica dos crimes de responsabilidade presidencial no direito Brasileiro: Lições a partir do impeachment de Dilma Rousseff. **Revista Eletrônica de Direito Público**, v. 4, n. 2, pp. 220-245, 2017

²⁸ CARDOSO, Fernando Henrique. **Diários da presidência: Volume 1 (1995-1996)**. Editora Companhia das Letras, 2015, p. 300.

²⁹ COUTO, Cláudio Gonçalves et al. De protagonista a parceiro da governabilidade: o papel ambíguo e indispensável do PMDB no sistema político brasileiro. In: DANTAS, Humberto; TOLEDO, José Roberto de; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. (Org.). **Análise Política e Jornalismo de Dados: Ensaios a Partir do Basômetro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, pp. 57-74.

garantiram um assento cada. O PMDB adotou uma estratégia para inflar sua bancada, filiando dois deputados originalmente eleitos pelo PDT (Antônio Barbedo e Sérgio Jockymann), totalizando assim 14 deputados. Essa manobra permitiu que o partido indicasse César Schirmer para a Presidência no biênio 1991-1992, sendo sucedido pelo pedetista Carlos Renan Kurtz.

Na 49ª Legislatura, o PPR conquistou 13 assentos, seguido pelo PTB e PMDB, ambos com 10 assentos, o PDT com 9 assentos, o PT com 6, e ainda 3 deputados do PSB, além de representantes do PCdoB, PSDB, PFL e PL³⁰, cada um com um assento. Para o biênio 1995-1996, o PPR indicou o Deputado José Otávio Germano, sendo que o próximo biênio foi compartilhado³¹ entre João Luiz Vargas (PDT) e José Ivo Sartori (PMDB).

Mesmo com este histórico José Barrionuevo tentou negar a tradição:

Tradição dos blocos

Não é correta a informação de que a tradição da Assembléia Legislativa gaúcha é dar espaço a todos os partidos, garantindo as maiores bancadas pelo menos um ano da presidência. Isto só ocorreu na legislatura anterior. A tradição é exatamente o domínio das frentes, de oposição ou do governo, a partir dos protocolos entre bancadas que formam a maioria em plenário³².
out. 1998

No entanto, é incontestável que ao longo do período pós-redemocratização, estabeleceu-se uma tradição na qual o partido detentor da maior bancada e o partido do governador regularmente compartilhavam a presidência do legislativo gaúcho. Essa prática perdurou até a 50ª Legislatura, marcando uma quebra significativa nessa longa tradição de colaboração entre as forças políticas, o que pode ser interpretado como um ponto de inflexão na dinâmica legislativa do estado. 50ª Legislatura da AL/RS

Durante as eleições para Governador, ocorreu também a escolha dos 55 Deputados Estaduais³³ que compuseram a 50ª Legislatura da AL/RS, no

³⁰ O Deputado Onix Lorenzoni elegeu-se em 1994 pelo PL, porém em maio de 1997 filiou-se ao PFL.

³¹ Dado que o artigo 21, § 1º do Regimento Interno da AL/RS estabelece um mandato de dois anos para todos os cargos da mesa a divisão da presidência do biênio está condicionada ao cumprimento da promessa verbal do primeiro presidente de renunciar ao final do primeiro ano do mandato. RIO GRANDE DO SUL. **Resolução n. 2.288, de 18 de janeiro de 1991 e alterações**. Dispõem sobre o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1991.

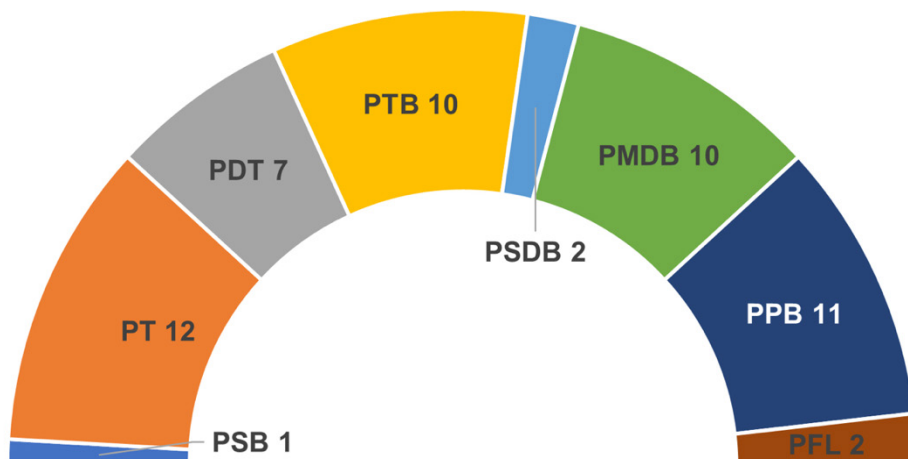
³² BARRIONUEVO, José. Página 10. **Jornal Zero Hora**, 29 out. 1998, p. 12.

³³ No mesmo pleito, foram ainda eleitos os 31 Deputados Federais e 1 Senador que, juntamente com os 2 senadores que ainda possuíam 4 anos de mandato, compõem a representação gaúcha no Congresso

período de 1999 a 2003. Destaca-se uma taxa de renovação significativa de 43%, resultando na eleição de 24 novos deputados gaúchos³⁴.

O PT conquistou a maior bancada, assegurando 12 assentos, seguido pelo Partido Progressista Brasileiro (PPB) com 11 deputados, e pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ambos com 10 cadeiras. O Partido Democrático Trabalhista (PDT) assegurou 7 cadeiras, enquanto o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido da Frente Liberal (PFL) garantiram dois assentos cada. O Partido Socialista Brasileiro (PSB) elegeu um único deputado, conforme ilustrado no Gráfico 1:

Gráfico 1 - Distribuição de Assentos por Partidos na AL/RS – Legislatura 1999-2002³⁵



Apesar de ter obtido a maior bancada, os deputados do PT foram excluídos do revezamento para a presidência da AL/RS, justificando-se pela licença do Deputado Flávio Koutzii, que assumiu a Chefia da Casa Civil do Governo Olívio Dutra, equiparada ao cargo de Secretário Estadual. Com a posse da suplente Jussara Cony (PCdoB), o PT empatou numericamente com

Federal. Vale ressaltar que essas eleições não se restringiram ao âmbito regional, abrangendo também o processo presidencial nacional.

³⁴ BARRIONUEVO, José. Página 10. **Jornal Zero Hora**, 29 out. 1998, p. 12.

³⁵ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – TRE-RS. **Eleições 1998: Deputados Estaduais Eleitos**. Porto Alegre, 1998. Disponível em: https://resultados.tre-rs.jus.br/eleicoes/1998/1oturno/est_eleitos.html.

o PPB, perdendo a posição de maior bancada³⁶. No entanto, essa justificativa carece de respaldo legal, já que a leitura conjunta do artigo 55 da Constituição Estadual³⁷, com o artigo 56, I da Constituição Federal³⁸ é clara ao estabelecer que o Deputado que ocupa cargo de Secretário de Estado não perde suas funções. Além disso, é válido destacar que o Partido dos Trabalhadores (PT) obteve expressivos 998.398 votos para o cargo de deputado estadual, superando os 996.279 votos conquistados pelo PPB³⁹.

No biênio 1999-2000, a presidência da mesa foi compartilhada entre o deputado emedebista Paulo Odone em 1999 e, no ano seguinte, por Otomar Vivian (PPB). Já no último biênio, a liderança coube ao Deputado Sérgio Zambiasi (PTB), que se despedia do parlamento estadual para empreender uma bem-sucedida corrida ao Senado Federal.

Antes mesmo do segundo turno das eleições, a coluna Página 10 não apenas antecipava, mas também apresentava justificativas para as negociações visando excluir o PT do controle da AL/RS.

(...) Na próxima legislatura as bancadas de PPB, PMDB, PTB, PSDB e PFL terão folgada maioria para escolher o presidente e demais membros da mesa, sem a participação do PT. A radicalização do confronto eleitoral pode levar o acordo nesta direção, alijando o partido que hoje detém a 1ª vice-presidência⁴⁰.

Apesar do acréscimo de seis novos assentos em sua bancada, uma análise mais profunda das relações políticas que caracterizaram o governo de Antônio Britto e a base de apoio do governo recém-eleito revela que o crescimento do PT ocorreu à custa de uma reconfiguração em sua própria base partidária. Essa dinâmica torna-se particularmente evidente quando observamos a incorporação do PDT à Frente Popular (PT/PSB/PCdoB) durante o segundo turno, delineando uma estratégia de ampliação de alianças para alcançar seus objetivos⁴¹.

³⁶ A análise em questão foi inicialmente apresentada na coluna Página 10. BARRIONUEVO, José. Página 10. **Jornal Zero Hora**, 29 out. 1998, p. 12.

³⁷ RIO GRANDE DO SUL. **Constituição do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1989.

³⁸ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

³⁹ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – TRE-RS. **Eleições 1998: Deputados Estaduais Eleitos**. Porto Alegre, 1998. Disponível em: https://resultados.tre-rs.jus.br/eleicoes/1998/1oturno/est_eleitos.html.

⁴⁰ BARRIONUEVO, José. Página 10. **Jornal Zero Hora**, 13 out. 1998, p. 10.

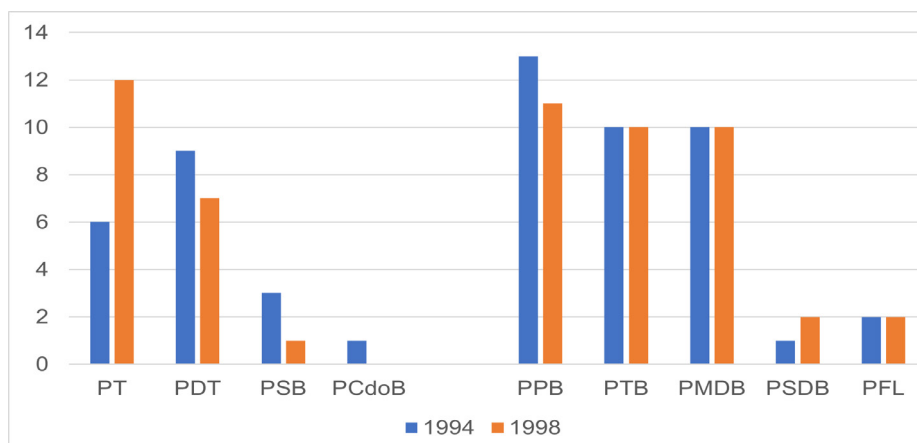
⁴¹ BARRIONUEVO, José. Página 10. **Jornal Zero Hora**, 5 out. 1998, p. 10.

Nesse contexto dinâmico, destacam-se não apenas os seis novos assentos conquistados pelo PT, mas também a redução de dois assentos nas bancadas do PSB e PDT, além da diminuição da única cadeira conquistada pelo PCdoB no pleito anterior. Esses ajustes indicam não apenas um realinhamento, mas também uma redistribuição de forças políticas dentro do mesmo campo ideológico.

Barrionuevo antecipou as dificuldades de relacionamento do Governo Olívio com a Assembleia antes mesmo da confirmação da vitória no segundo turno: “Temor: Com a perspectiva de vitória, os mais sensatos do PT já olham com preocupação para a acanhada representação das oposições na Assembléia”⁴².

Assim, enquanto o PT (+6) e o PSDB (+1) emergem como partidos que ampliaram sua participação, contrastando com PDT (-2), PSB (-2), PPB (-2) e PCdoB (-1), que experienciaram uma diminuição em sua representatividade na 50ª Legislatura da AL/RS, é essencial compreender essas mudanças não apenas como movimentos numéricos, mas como reflexos de uma complexa reorganização nas dinâmicas políticas estaduais. Esse contexto mais amplo deve ser considerado para uma análise completa e precisa do cenário político da AL/RS.

Gráfico 2 – Variação das Bancadas na AL/RS - 1994 e 1998⁴³



⁴² BARRIONUEVO, José. Página 10. **Jornal Zero Hora**, 22 out. 1998, p. 10.

⁴³ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - TRE-RS. **Eleições 1994: Deputados Estaduais Eleitos**. Porto Alegre, 1994. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1994/resultados-das-eleicoes-1994/rio-grande-do-sul/>

Essa dinâmica antecipou as futuras dificuldades que o Governador Olívio Dutra enfrentaria na relação com o parlamento estadual. Apesar do ganho da sexta cadeira a partir da ampliação do campo político, é importante notar que ela veio de partidos com projetos políticos antagônicos aos do PT. Na legislatura anterior, essa cadeira pertencia ao PPB⁴⁴, que perdeu ainda mais um assento para o PSDB, especialmente com o desembarque do PDT da base de apoio em 2000⁴⁵ e a mudança do Deputado Bernardo de Souza do PSB para o Partido Popular Socialista (PPS) em janeiro de 2001, assumindo oficialmente uma posição de neutralidade⁴⁶.

O fenômeno do voto dissociado entre o Poder Executivo e os representantes parlamentares configura prática recorrente na tradição eleitoral brasileira, sobretudo em razão das características do sistema proporcional, cuja dinâmica tende a refletir preferências de natureza local, frequentemente desvinculadas da filiação partidária do eleitor. Nessa lógica, a afinidade municipal prevalece, em diversos contextos, sobre os vínculos partidários⁴⁷, o que contribui para a formação de uma Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (AL/RS) cuja composição nem sempre corresponde à opção majoritária manifestada para o cargo de governador. Tal constatação encontra respaldo na seguinte observação: “Se o Executivo quiser obter maioria para aprovar as leis num sistema partidário-eleitoral que elege o chefe do Executivo com mais de 50% dos votos (...) mas cujo partido beira apenas os 20% do Congresso, as alianças se impõem”⁴⁸.

resultados-das-eleicoes-1994-rio-grande-do-sul-deputado-estadual. Ib. Eleições 1998: Deputados Estaduais Eleitos. Porto Alegre, 1998. Disponível em: https://resultados.tre-rs.jus.br/eleicoes/1998/1oturno/est_eleitos.html.

⁴⁴ É significativo salientar que, na eleição anterior (1994), os 13 assentos foram conquistados pelo Partido Progressista Renovador (PPR), que posteriormente se fundiu com o Partido Progressista (PP), resultando na formação do PPB.

⁴⁵ Diante do lançamento da candidatura do ex-Governador Alceu Collares à prefeitura de Porto Alegre, em um embate direto com a candidatura petista de Tarso Genro, o PDT tomou a decisão de encerrar sua participação no governo de Olívio Dutra. Contudo, essa escolha não foi unânime, resultando na desfiliação de uma parcela do partido, que posteriormente aderiu ao PT. Destaca-se que entre os políticos que protagonizaram esse movimento de transição, figurava a então Secretária de Minas e Energia, Dilma Rousseff.

⁴⁶ Com o ingresso dos Deputados Berfran Rosado, César Busatto, Iara Wortmann, Mario Bern e Paulo Odone, além do ex-governador (e pré-candidato) Antônio Britto no partido em outubro de 2001, o PPS passou automaticamente a integrar a bancada oposicionista.

⁴⁷ NICOLAU, Jairo. **Representantes de quem? Os (des) caminhos do seu voto da urna à Câmara dos Deputados**. Companhia das Letras, 2017.

⁴⁸ CARDOSO, Fernando Henrique. **A arte da política: A história que vivi**. Civilização Brasileira, 2015, p. 17.

Sérgio Abranches introduziu o termo “presidencialismo de coalizão” ao deparar-se com a dinâmica da relação entre o executivo e o legislativo em todas as esferas federativas. Esse conceito enfatiza a presença de partidos fragmentados, a inexistência de uma maioria consolidada no parlamento e a necessidade de estabelecer alianças com partidos antes considerados adversários, tudo em busca da viabilização da governabilidade⁴⁹.

Além dessa característica peculiar, dois eventos políticos no contexto gaúcho se destacam como determinantes para a presente conjuntura.

Sérgio Zambiasi e o PTB gaúcho

Em 1988, Sérgio Zambiasi, estreante como deputado, fez uma transição notável do PMDB para o PTB, partido sem representação na AL/RS. Apesar da falta de tradição familiar em cargos eletivos, Zambiasi baseou sua afinidade com o trabalhismo em suas raízes familiares, destacando durante a campanha sua herança como “Filho de um militante trabalhista”. Sua trajetória política começou como radialista e filantropo na rádio Farroupilha, resultando na eleição como deputado estadual em 1986 pelo PMDB⁵⁰.

O reconhecimento eleitoral impulsionou a estruturação do PTB no estado, atraindo novos quadros políticos e estabelecendo alianças estratégicas por meio da interconexão entre filantropia, radialismo e a atração de lideranças locais. A adesão ao PTB facilitou a incorporação de líderes com laços familiares e fortaleceu a ligação com a tradição getulista⁵¹, mesmo diante do distanciamento dessa essência em outras unidades da federação devido à disputa entre Ivete Vargas e Leonel Brizola pelo controle do partido⁵², conforme evidenciado no trecho a seguir:

De fato, no atual sistema partidário gaúcho, a legenda com identidade ideológica menos definida é o PTB. Ela também está bastante próxima ao centro, de forma que não seria impossível pensar em seu apoio ao governo do PT. Sem cargos de primeiro escalão, a agremiação esteve com Britto por dois anos. Todavia,

⁴⁹ ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, pp. 5-38, 1988.

⁵⁰ GRILL, Igor Gastal. A herança trabalhista no Rio Grande do Sul: Parentesco, carisma e partidos. **Sociedade e Cultura**, v. 7, n. 2, pp. 225-236, 2004.

⁵¹ Ib. Laços, carisma e eventos: a construção da herança trabalhista no Rio Grande do Sul. **Revista Práxis**, v. 1, pp. 33-41, 2005.

⁵² BATISTELLA, Alessandro. O trabalhismo getulista-reformista do antigo PTB e o “novo trabalhismo” do PDT: continuidades e discontinuidades. **Revista Aedos**, v. 5, n. 12, pp. 116-132, 2013.

a dinâmica interna do PT impediu essa aproximação ou qualquer outra, explorando divisões internas nas fileiras dos adversários⁵³.

A entrada tardia dos membros do PTB no governo Britto⁵⁴ e a desfiliação da Senadora Emília Fernandes, que rompeu com Sérgio Zambiasi devido ao ingresso do PTB na base do Governo Britto⁵⁵, reforçam os laços entre os eleitores do partido e a proposta da Frente Popular liderada por Olívio Dutra. Esse apoio foi tão expressivo que o Prefeito de Santa Cruz, principal cidade governada pelo PTB, Sérgio Moraes e Valdir Pedrali de Três Passos, declararam seu apoio à eleição de Olívio no segundo turno⁵⁶.

Nessa conjuntura, os legisladores do PTB, sensíveis ao “clamor popular emanado das urnas”, mostraram-se prontos para integrar a base aliada. Isso envolveu o respaldo, mesmo no intervalo entre a eleição e a posse, à proposta de seguro agrícola defendida pela bancada do PT⁵⁷. Esse cenário era frequentemente discutido entre os deputados durante o período de transição entre os governos:

[...] em dois de janeiro de 1999, um deputado do PDT, Giovani Cherini, disse acreditar que, em quatro meses, o governo Dutra obteria o apoio de 30 parlamentares. Este contingente seria formado pela metade da bancada do PTB E mais alguns do PPB e PMDB. No mesmo dia, o principal líder do PTB, o deputado Sérgio Zambiasi, admitiu ser possível que seu partido votasse a favor de projetos de interesse do Executivo.

Quatro dias depois, o líder da bancada do PT na Assembleia, Ivar Pavan, parecendo não ter prestado (ou não querendo prestar) atenção ao recado afirmou que os oito votos restantes para a maioria (mas não para os 3/5) viriam da pressão popular e das metas definidas pelo Orçamento Participativo⁵⁸.

⁵³ PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco. **Por baixo dos panos: governadores e assembleias no Brasil contemporâneo**. Vitória: EDUFES, 2014, p. 164.

⁵⁴ PASSOS, Manoel Caetano de Araújo. **Estabilidade e rotatividade do secretariado no Rio Grande do Sul: 1991-2002—governos de minoria e governos de maioria**. 2013. [Tese de Doutorado]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2013, 179 p.

⁵⁵ GRILL, Igor Gastal. Laços, carisma e eventos: a construção da herança trabalhista no Rio Grande do Sul. *Revista Práxis*, v. 1, pp. 33-41, 2005. PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco. **Por baixo dos panos: governadores e assembleias no Brasil contemporâneo**. Vitória: EDUFES, 2014, 270 p.

⁵⁶ BARRIONUEVO, José. Página 10. *Jornal Zero Hora*, 13 out. 1998, p. 10. *ib.* Página 10. *Jornal Zero Hora*, 21 out. 1998, p. 8.

⁵⁷ BARRIONUEVO, José. Página 10. *Jornal Zero Hora*, 25 out. 1998, p. 10.

⁵⁸ PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco. **Por baixo dos panos: governadores e assembleias no Brasil contemporâneo**. Vitória: EDUFES, 2014, p. 167.

Contudo, face à escassez de oportunidades no arranjo institucional durante o governo de Olívio e à falta de empenho deste em estabelecer uma aproximação com o partido, somada à perspectiva de liderar a AL/RS por dois anos, os membros do PTB decidiram integrar-se ao grupo oposicionista⁵⁹.

Reflexos da rivalidade MDB vs. ARENA⁶⁰

A incorporação do Partido Progressista Brasileiro (PPB) na coligação Rio Grande Vencedor gerou resistência dentro da base partidária, acostumada à polarização entre o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), uma dinâmica que persistiu mesmo após o processo de redemocratização⁶¹. Preocupada em não fortalecer o adversário nas futuras eleições, a base partidária optou por apoiar o candidato petista, motivada pela percepção de que ambos os candidatos, tanto do PMDB quanto do PT, eram adversários que compartilhavam a mesma origem no MDB⁶².

A vinculação da candidatura de Antônio Britto à reeleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso, filiado ao PSDB, acentuou o distanciamento da base política do PPB em relação ao palanque peemedebista. Esse afastamento se intensificou em um contexto de desgaste de Cardoso com os latifundiários, especialmente devido à implementação do Ministério de Política Fundiária e Agricultura Familiar e à introdução do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)⁶³.

⁵⁹ BARRIONUEVO, José. Página 10. **Jornal Zero Hora**, 2 out. 1998, p. 10. Ib. Página 10. **Jornal Zero Hora**, 27 out. 1998, p. 10. PASSOS, Manoel Caetano de Araújo. **Estabilidade e rotatividade do secretariado no Rio Grande do Sul: 1991-2002-governos de minoria e governos de maioria**. 2013. [Tese de Doutorado]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2013, 179 p.

⁶⁰ Sigla da Aliança Renovadora Nacional, partido de sustentação a ditadura militar. com o fim do bipartidarismo, optou-se, em função de seu desgaste, de alterar seu nome para PDS, inspirado no SPD alemão. Contudo, em decorrência do movimento das Diretas Já e da eleição indireta de 1985, no Rio Grande do Sul surgiram o Partido da Frente Liberal (PFL) e o Partido Liberal (PL). O PDS, ao longo do tempo, passou por fusões e alterações de denominação, evoluindo para as designações de Partido Progressista Renovador (PPR) e Partido Progressista Brasileiro (PPB). OLIVEIRA, Augusto Neftali Corte. **Partidos e coalizões no Rio Grande do Sul: questões de governabilidade e representatividade**. Indicadores Econômicos FEE, v. 44, n. 2, pp. 79-92, 2016. SCHMITT, Rogério. **Partidos políticos no Brasil – 1945-2000**. Zahar, 2000.

⁶¹ MOREIRA, Marcelo. “Peemedebismo”: rupturas e continuidades no Brasil contemporâneo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, n. 89, pp. 171-175, 2015.

⁶² OLIVEIRA, Augusto Neftali Corte. **Partidos e coalizões no Rio Grande do Sul: questões de governabilidade e representatividade**. Indicadores Econômicos FEE, v. 44, n. 2, pp. 79-92, 2016. PALMEIRA, Andre Franklin. A Trajetória do MDB/PMDB e a política brasileira nas últimas décadas. **Revista Convergência Crítica**, n. 7, pp. 163-182, 2015.

⁶³ CARVALHO, Flávia Sanches de. **A questão agrária na agenda governamental de FHC e Lula: uma análise à luz dos estudos de formação de agenda**. 2017. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal de São Carlos: Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2017, 101 p.

Essa associação reforçou o sentimento de distanciamento da base política do PPB, resultando em votações expressivas para Olívio Dutra nas regiões da Campanha e Fronteira-Oeste, historicamente identificadas como redutos da ARENA⁶⁴, levando a Página 10 a lamentar a falta de empenho da base pepebista à reeleição de Antônio Britto:

Aliança não correspondeu

A ampliação da vantagem de Olívio no segundo turno em tradicionais redutos conservadores, onde foram eleitos deputados do PPB, mostra que as bases ainda não responderam plenamente ao acordo firmado entre dos adversários históricos⁶⁵.

Diante da constatação de que a base partidária pepebista não se sentia à vontade na coligação de Antônio Britto, mas, mesmo assim, contribuiu com os votos necessários na AL-RS nos últimos quatro anos, a articulação governista empreendeu esforços para estabelecer pontos de afinidade com os deputados da bancada, conforme observado na Página 10.

Piratini revela estratégia

O encontro com Maria do Carmo é um sinal de como o governo vai tentar atrair para o seu lado os deputados da oposição: valorizando seus projetos.

É uma forma considerada legítima pelo PT de compensar a falta de maioria no Parlamento. Na Câmara de Vereadores de Porto Alegre tem funcionado.

PPB reage ao assédio

Apesar de a deputada ter considerado natural o encontro, sua bancada acusou o novo governo de tentar “cooptar” deputados. -Muito cedo o PT está mostrando sua cara – declarou o líder da bancada do PPB, Francisco Appio.

Os deputados do PPB não esquecem que o PT proibiu seus diretores de fazer qualquer aproximação com o PPB⁶⁶.

Não demorou, os Deputados do PPB emitiram uma resposta através de uma nota na mesma coluna, intitulada “Marca da Oposição”⁶⁷, antecipando a postura que caracterizou a relação com o governo Olívio ao longo dos seus quatro anos.

⁶⁴ LUSSANI, Maria. O CR-P nas eleições de 1998 para o governo gaúcho: A vitória da contra-hegemonia. **Revista Contracampo**, n. 09, 2003.

⁶⁵ BARRIONUEVO, José. Página 10. **Jornal Zero Hora**, 26 out. 1998, p. 10.

⁶⁶ BARRIONUEVO, José. Página 10. **Jornal Zero Hora**, 16 jan. 1999, p. 8.

⁶⁷ Ib. Página 10. **Jornal Zero Hora**, 2 fev. jan. 1999.

Motivos para veto aos deputados do PT na presidência da AL/RS

Além das implicações decorrentes da disputa eleitoral acirrada, intensificada pelo histórico de rivalidades entre os candidatos a governador, diversos fatores transformaram a eleição para a presidência da AL/RS em um ambiente semelhante a um terceiro turno entre Olívio e Britto.

A influência de sete parlamentares, provenientes dos partidos que co-presidiram a AL/RS na 50ª Legislatura e que estiveram envolvidos no governo derrotado, desempenhou um papel significativo ao intensificar o clima de revanche em comparação a legislaturas anteriores.

Durante o governo Britto, destacam-se membros como Otomar Vívian e Frederico Antunes do PPB, Germano Bonow do PFL, Iradir Pietroski do PTB, César Bussato e Iara Wortmann do PMDB, além do Deputado eleito Mário Bernd (PMDB) atuando como Coordenador Regional da Fundação Nacional de Saúde do Rio Grande do Sul, cargo federal indicado pelo PMDB gaúcho e Paulo Odone, líder do Governo Britto na Assembleia⁶⁸.

A vinculação desses deputados ao Governo Britto, somada à inexperiência na bancada eleita pelo PT, onde apenas três deputados, incluindo o licenciado Flávio Koutzii, possuíam histórico de pelo menos um mandato efetivo na AL/RS⁶⁹, foi determinante para a recusa em compartilhar a presidência da casa legislativa com a maior bancada.

O colunista observou a inexperiência evidente na composição da bancada recém-eleita:

Estréia

O deputado Ronaldo Zulke estréia (sic) na Assembléia na condição de líder do governo, uma tarefa normalmente destinada a deputados mais experientes. Com a renovação da bancada petista e com a saída de Flávio Koutzii para a chefia da Casa Civil, Zulke passa a ocupar uma das missões de maior projeção da Assembléia Legislativa⁷⁰.

Ronaldo Miro Zulke, embora estivesse em seu primeiro mandato como deputado estadual, acumulava uma trajetória política de destaque. Exerceu o cargo de vereador em São Leopoldo (1989-1992), foi chefe de gabinete

⁶⁸ Ib. Página 10. **Jornal Zero Hora**, 6 out. 1998. PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco. **Por baixo dos panos: governadores e assembleias no Brasil contemporâneo**. Vitória: EDUFES, 2014, 270 p

⁶⁹ Os Deputados Cecília Hypólito e Elvino Bohn Gass exerceram mandato durante a segunda metade da legislatura 1995-1998.

⁷⁰ BARRIONUEVO, José. Página 10. **Jornal Zero Hora**, 25 jan. 1999, p. 10.

do prefeito de Porto Alegre, Raul Pont, e presidiu o diretório estadual do Partido dos Trabalhadores (1993-1994). Durante sua gestão no PT, coordenou as campanhas de Olívio Dutra ao governo do Rio Grande do Sul e de Lula à Presidência, consolidando sua posição como uma liderança relevante no cenário político gaúcho.

Essa atuação, contudo, também o colocou no centro de embates jurídicos. Zulke enfrentou processos eleitorais e chegou a disputar a prefeitura de São Leopoldo em condição de *sub judice*. A controvérsia decorria de uma condenação em primeira instância, em 1997, por calúnia e difamação contra o então governador Antônio Britto, motivada por críticas à gestão de Britto no Ministério da Previdência. Entretanto, o STF reformou a decisão, encerrando o caso e afastando os efeitos da condenação inicial⁷¹.

Essa situação foi amplamente explorada por adversários políticos, sendo frequentemente mencionada por Barrionuevo. Durante a eleição municipal de São Leopoldo, o tema foi tão intensamente utilizado que adversários distribuíram panfletos alegando que Zulke estava inelegível. O impacto foi tamanho que, no dia da eleição, foi necessária a publicação de uma nota oficial da juíza eleitoral na capa do Jornal Vale dos Sinos⁷², esclarecendo que sua candidatura estava devidamente registrada e que o candidato era plenamente apto a disputar o pleito.

Apesar disso, a amplamente divulgada inexperiência política da bancada, somada à ausência de lideranças consolidadas, configurou-se como um dos principais fatores que perpetuaram um clima de disputa, assemelhado a um “terceiro turno”, na ALRS. A decisão de alocar o deputado Flávio Koutzii, reconhecidamente o mais capacitado para articular composições políticas, no secretariado do governo recém-eleito pode ser vista como um erro estratégico. Tal escolha negligenciou a importância de lideranças políticas habilitadas para mitigar tensões e garantir maior estabilidade institucional.

⁷¹ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Habeas Corpus nº 81.166-3 – Rio Grande do Sul. Relator: Ministro Marco Aurélio. Pacientes: Laerte Dorneles Meliga e Ronaldo Miro Zulke. Impetrantes: Nereu Lima e outros. Coator: Tribunal Superior Eleitoral. Decisão liminar. Brasília, 17 jul. 2001. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2001-jul-21/supremo_suspende_decisao_prejudicava_deputado/.

⁷² O Jornal Vale dos Sinos é um periódico regional criado em 20 de dezembro de 1957 pelos irmãos Paulo Sérgio e Mário Alberto Gusmão, inicialmente denominado Jornal SL. Com sede em São Leopoldo, o veículo abrange as cidades de São Leopoldo, Sapucaia do Sul, Esteio, Portão e Capela de Santana.

Esse cenário, aliado ao perfil mais “radical” dos Deputados Estaduais eleitos, desempenhou um papel crucial na quebra da tradição que garantia ao partido majoritário o direito de indicar a liderança da casa legislativa.

Disputa previa entre Olívio e Tarso

Em 1º de maio de 1979, a Comissão Nacional Provisória do Movimento Pró-PT divulgou uma carta que delineou os princípios e orientações a serem seguidos pelo Partido dos Trabalhadores, reconhecendo explicitamente o direito à organização em tendências internas, configurando, de certa forma, uma subestrutura partidária⁷³. A Carta de Princípios, formalizada posteriormente, estabeleceu:

(...) um partido que almeja uma sociedade socialista e democrática tem que ser, ele próprio, democrático nas relações que se estabelecem em seu interior. Assim, o PT se constituirá respeitando o direito das minorias expressarem seus pontos de vista. Respeitará o direito à fração e às tendências, ressaltando apenas que as inscrições serão individuais⁷⁴.

A estrutura interna do PT no Rio Grande do Sul se caracteriza por uma divisão entre três correntes principais: a Articulação de Esquerda (AE)⁷⁵, a

⁷³ ALVES, Sarkis. Documentos: As tendências internas do Partido dos Trabalhadores: pluralidade e democracia. **Perseu: História, Memória e Política**, n. 16, 2018.

⁷⁴ PARTIDO DOS TRABALHADORES – PT. Comissão Nacional Provisória. **Carta de Princípios**. 1 mai. 1979. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/pt42anos/timeline/carta-de-principios/>.

⁷⁵ Trata-se de um racha a esquerda do grupo majoritário do PT, denominado Articulação 113, uma referência ao número de signatários do seu manifesto de fundação, composto por militantes dos movimentos sociais, dos sindicatos e pelos católicos que haviam formado o PT para garantir sua autonomia diante do Estado e dos partidos tradicionais e que sentiam que estavam perdendo o controle do partido que haviam fundado para as tendências mais organizadas. BARROS, Celso Fernando Rocha. **PT, uma história**. Companhia das Letras, 2022. NETO, Antonio Julio Menezes. A Igreja Católica e os Movimentos Sociais do Campo: A Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. **Caderno CRH**, v. 20, n. 50, pp. 331-341, 2007.

Democracia Socialista (DS)⁷⁶, e o PT Amplo e Democrático⁷⁷, além de diversos grupos menores vinculados a lideranças locais⁷⁸.

No processo de prévias internas para a escolha do candidato ao governo pelo PT, Olívio Dutra, apoiado pelas correntes DS e AE, venceu por uma estreita margem de 191 votos em um total de 18.975, superando Tarso Genro, vinculado ao PT Amplo e a correntes moderadas. O grupo que apoiava Olívio Dutra foi pejorativamente rotulado como “xiita”⁷⁹ devido à sua orientação política mais à esquerda, em contraste com uma coalizão ironicamente apelidada de “direita” ou “light” no PT, caracterizada por posturas mais moderadas⁸⁰. Barrionuevo, ao comentar o resultado das prévias, afirmou textualmente: “Olívio é refém da esquerda radical”⁸¹.

Com a vitória de Olívio Dutra, as correntes mais à esquerda, especialmente a DS, foram fortalecidas, resultando na indicação de Miguel Rossetto como vice-governador, enquanto Tarso Genro retirava-se da disputa, rompendo com

⁷⁶ A corrente trotskista mais significativa dentro do partido foi denominada Democracia Socialista em referência a um texto do economista belga Ernest Mandel, intitulado da mesma maneira. Originada como Tendência Socialista na juventude do MDB no Rio Grande do Sul, o grupo já desempenhava um papel ativo e editava o jornal *Em Tempo*, que se tornou o principal fórum de debates políticos entre os membros do partido nos primeiros anos. ANGELO, Vítor Amorim de. *A Fundação da Democracia Socialista*. In: *A trajetória da Democracia Socialista: da fundação ao PT*. São Carlos: EdUFSCar, 2008, pp. 57-81. BARROS, Celso Fernando Rocha. *PT, uma história*. Companhia das Letras, 2022.

⁷⁷ O PT Amplo e Democrático, originado no Partido Revolucionário Comunista (PRC), anteriormente denominado Nova Esquerda, representava uma corrente regional que antes da criação do PT Amplo e Democrático, mantinha uma forte atuação junto ao PMDB gaúcho, considerando o PT como uma frente tática, enquanto a organização do PRC era estratégica. Fundada por Tarso Genro, Estilac Xavier, Marcos Rollin e Luiz Fernando Mainardi, essa corrente surgiu com a intenção de promover uma abordagem de esquerda mais humanista e contemporânea, reconhecendo a democracia como um valor universal. BARROS, Celso Fernando Rocha. *PT, uma história*. Companhia das Letras, 2022. DUARTE, Rachel. PT se caracteriza pela unidade, apesar das correntes. Porto Alegre: Sul 21, 22 nov. 2010. Disponível em: <https://sul21.com.br/noticiasultimas-noticiapolitica/2010/11/pt-se-caracteriza-pela-unidade-apesar-das-correntes/>.

⁷⁸ PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco. *Por baixo dos panos: governadores e assembleias no Brasil contemporâneo*. Vitória: EDUFES, 2014, 270 p.

⁷⁹ A associação entre o termo “xiita” e a noção de “radicalismo” tem origem histórica e política, especialmente a partir da Revolução Islâmica do Irã. Naquele contexto, a população iraniana, majoritariamente adepta do xiismo, mobilizou-se em torno dessa vertente do islamismo como instrumento ideológico para a derrubada do xá Reza Pahlavi, estabelecendo um regime teocrático sob a liderança do aiatolá Khomeini. CHACRA, Guga. É errado e preconceituoso usar “xiita” como sinônimo de “radical”. *Estadão*, 26 jun. 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/internacional/gustavo-chacra/e-errado-e-preconceituoso-usar-xiita-como-sinonimo-de-radical/>.

⁸⁰ LAPUENTE, Rafael Saraiva. *Em minoria: uma análise da relação entre as oposições e o governo Olívio Dutra no Rio Grande do Sul (1999-2002)*. 2020. [Tese de Doutorado]. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Programa de Pós-Graduação em História, 2020, 300 p.

⁸¹ BARRIONUEVO, José. Página 10. *Jornal Zero Hora*, 3 ago. 1998, p. 10.

a tradição partidária⁸². Barrionuevo, ainda durante a campanha, previa: “O PT começou a perder a eleição na prévia interna que escolheu a candidatura a governador. Dispensou seus melhores nomes da chapa majoritária”⁸³, sendo posteriormente contrariado pelas urnas.

O colunista foi ainda mais claro no trecho a seguir:

VALE DE LÁGRIMAS

Faltando apenas 26 dias para o pleito, ainda há petistas que se debulham em lágrimas pelos cantos de seus diretórios, insatisfeitos com os candidatos homologados nas convenções de junho. A ala light do PT faz um esforço para suportar a dor de não ter na disputa sua principal paixão, o ex-prefeito Tarso Genro. Os moderados não emplacaram nem mesmo o parceiro de Olívio na disputa – foi proposto o nome de José Fortunati, que perdeu para Miguel Rosseto na condição de candidato a vice-governador (...) ⁸⁴.

Nesta nota, o colunista busca reabrir as feridas do processo de prévia, minando a unidade da Frente Popular na disputa eleitoral e intensificando a divisão entre os apoiadores de Olívio e Tarso. Em 11 de setembro, a apenas 23 dias do primeiro turno da eleição, ele dedica quase toda a sua coluna à substituição de Olívio por Tarso Genro na disputa pelo cargo de Governador, intitulando o artigo como “Briga de facções trava o PT”⁸⁵. O colunista antecipa que um discurso na Câmara de Vereadores de Porto Alegre irá “provocar rebuliço na Frente Popular”⁸⁶. O discurso em questão é proferido por Hélio Corbelini⁸⁷, solicitando, da tribuna da Câmara de Vereadores, a troca imediata dos candidatos, movimento apoiado imediatamente pelo PSB, seu partido, em aparente coordenação prévia com o colunista⁸⁸. Apesar da rápida reação

⁸² FORTUNATI, José; HOHFELDT, Antônio. **O fascínio da Estrela: trajetória e contradições do Partido dos Trabalhadores**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001.

⁸³ BARRIONUEVO, José. Página 10. **Jornal Zero Hora**, 5 set. 1998, p. 10.

⁸⁴ *Ib.* Página 10. **Jornal Zero Hora**, 8 set. 1998, p. 8.

⁸⁵ Os constantes pedidos de Barrionuevo pela substituição de Olívio Dutra por Tarso Genro como candidato ao governo do estado, sua campanha visava enfraquecer a liderança do então concorrente ao Palácio Piratini e promover uma mudança na candidatura do PT. Esse embate político foi, inclusive, retratado de forma irônica em uma pichação anônima na porta do banheiro masculino da sede municipal do PT em São Leopoldo, que dizia: “Assine Zero Hora e ganhe grátis uma assinatura do *Jornal do PT Amplo* (Página 10)”.

⁸⁶ BARRIONUEVO, José. Página 10. **Jornal Zero Hora**, 11 set. 1998, p. 10.

⁸⁷ Apesar de estar filiado ao PSB, foi um militante de longa data do PT Amplo e Democrático, tendo migrado para esse novo partido após conflitos com o então prefeito de Porto Alegre, Raul Pont, que era militante da DS. BARRIONUEVO, José. Página 10. **Jornal Zero Hora**, 12 set. 1998, p. 10.

⁸⁸ BARRIONUEVO, José. Página 10. **Jornal Zero Hora**, 12 set. 1998, p. 10.

de Tarso Genro e do Presidente do PSB Beto Albuquerque, desautorizando a manifestação do vereador socialista, o movimento antecipado na coluna acabou pautando o horário eleitoral, com o discurso sendo reproduzido na coligação de Antônio Britto⁸⁹.

Perfil dos deputados eleitos

Apesar da acirrada disputa nas prévias, a composição da bancada da AL/RS não refletiu tal polarização⁹⁰. Na Democracia Socialista (DS), Edson Portilho, Elvino Bohn Gass, Ronaldo Zulke e Cecília Hypólito, vinculados ao FAS, foram eleitos, enquanto na Articulação de Esquerda (AE), Dionilso Marcon, associado ao MST, e Padre Roque Grazziotin conquistaram seus lugares⁹¹.

Os deputados Luís Fernando Schimidt e Paulo Pimenta, representando o PT Amplo e Democrático, contribuíram para a bancada. Maria do Rosário, após romper com o PCdoB em 1993, ingressou no PT, alinhando-se ao Movimento de Construção Socialista (MCS) para superar divisões internas. Mesmo apoiando Tarso Genro, seu grupo não fechou posição, permitindo o apoio a ambos os candidatos.

Luciana Genro, ligada à Corrente Socialista dos Trabalhadores, reelegeu-se no PT após a expulsão da Convergência Socialista⁹² em 1992. Discordante do grupo político de seu pai, permaneceu neutra nas prévias. Suspensa em 1999 por posições contrárias ao governo, foi posteriormente expulsa em 2004, fundando o PSOL.

Majoritariamente, os membros eleitos na bancada do PT evidenciam uma afinidade ideológica à esquerda, estabelecendo proximidade com o governador eleito. A associação do PT a grupos mais “xiitas” e a inexperiência dos

⁸⁹ Ib. Página 10. **Jornal Zero Hora**, 13 set. 1998, p. 10. IbIDE. Página 10. **Jornal Zero Hora**, 14 set. 1998, p. 10.

⁹⁰ Essa dinâmica não foi reproduzida na composição da bancada de Deputados Federais eleitos pelo PT. Quatro deles (Paulo Paim, Marcos Rolim, Fernando Marroni e Luiz Fernando Mainardi) endossaram a candidatura de Tarso Gento, ao passo que Henrique Fontana, Adão Pretto, Waldomiro Fioravante e Valdeci de Oliveira expressaram preferência pela candidatura de Olívio Dutra. MAGLIA, Cristiana. Tendências do Partido dos Trabalhadores e a indisciplina na Câmara dos Deputados. **Paraná Eleitoral: Revista Brasileira de Direito Eleitoral e Ciência Política**, Curitiba, v. 8, n. 2, pp. 261-287, 2019.

⁹¹ MAGLIA, Cristiana. Tendências do Partido dos Trabalhadores e a indisciplina na Câmara dos Deputados. **Paraná Eleitoral: Revista Brasileira de Direito Eleitoral e Ciência Política**, Curitiba, v. 8, n. 2, pp. 261-287, 2019.

⁹² A Convergência Socialista tinha suas raízes em um pequeno grupo que abraçou o trotskismo em Santiago, capital do Chile, onde muitos membros da esquerda brasileira estavam exilados antes do golpe de 1973 contra Salvador Allende. Em 1978, a Liga Operária assumiu o controle do corpo editorial do jornal Versus e propôs a formação de um partido socialista, denominado Movimento Convergência Socialista BARROS, Celso Fernando Rocha. **PT, uma história**. Companhia das Letras, 2022, pp. 72-73).

eleitos contribuíram para a ascensão dos partidos da coligação “Rio Grande Vencedor” à presidência da AL/RS. Essa estratégia foi elaborada com o propósito de manter uma visibilidade política, criando um ambiente de confronto para um governo com minoria legislativa, ao mesmo tempo em que permitia a realocação de aliados dispensados após a derrota nas eleições estaduais.

Considerações finais

A análise das eleições para governador do Rio Grande do Sul em 1998, abrangendo a disputa pela presidência da Assembleia Legislativa, revela uma trama política que se configurou como um terceiro turno na batalha entre Olívio Dutra e Antônio Britto pelo governo estadual. A singularidade desse episódio está na quebra de uma tradição não escrita, onde as maiores bancadas acordavam o revezamento na presidência da casa legislativa desde a redemocratização.

A cobertura do Jornal Zero Hora, especialmente em “Página 10”, constitui uma abordagem integrada, buscando compreender as implicações imediatas e desvendar as nuances desse período político. A história pública lança luz sobre eventos políticos, contribuindo para uma compreensão contextualizada do passado político recente do Rio Grande do Sul.

Dois temas não abordados neste estudo podem ter impactado o cenário do terceiro turno na AL/RS: o fortalecimento do Orçamento Participativo pelo Governo Olívio⁹³, buscando um esvaziamento da Democracia Representativa pela Democracia Participativa, e a decisão de não cumprir o acordo para a instalação de uma montadora da FORD em Guaíba. Dada a relevância desses temas para entender a relação do Governo Olívio com o parlamento estadual, apresentamos-os como sugestões de estudos futuros.

Referências:

ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. Dados - *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, pp. 5-38, 1988.

ALVES, Sarkis. Documentos: As tendências internas do Partido dos Trabalhadores: pluralidade e democracia. *Perseu: História, Memória e Política*, n. 16, 2018.

⁹³ A Coluna Página 10 reproduziu a declaração de Paulo Odone Ribeiro em sua posse como Presidente da AL/RS sobre esse assunto: “A recusa ao sistema parlamentarista não é recusa ao Parlamento, a democracia representativa não anula o Legislativo” BARRIONUEVO, José. Página 10. *Jornal Zero Hora*, 31 jan. 1999, p. 10.

ANGELO, Vítor Amorim de. A Fundação da Democracia Socialista. In: *A trajetória da Democracia Socialista: da fundação ao PT*. São Carlos: EdUFSCar, 2008, pp. 57-81.

BARROS, Celso Fernando Rocha. *PT, uma história*. Companhia das Letras, 2022.

BATISTELLA, Alessandro. O trabalhismo getulista-reformista do antigo PTB e o “novo trabalhismo” do PDT: continuidades e descontinuidades. *Revista Aedos*, v. 5, n. 12, pp. 116-132, 2013.

BARRIONUEVO, José. Página 10. *Jornal Zero Hora*, 3 ago. 1998, p. 10.

----- . Página 10. *Jornal Zero Hora*, 28 ago. 1998, p. 10.

----- . Página 10. *Jornal Zero Hora*, 29 ago. 1998, p. 10.

----- . Página 10. *Jornal Zero Hora*, 1 set. 1998, p. 10.

----- . Página 10. *Jornal Zero Hora*, 5 set. 1998, p. 10.

----- . Página 10. *Jornal Zero Hora*, 10 set. 1998, p. 12.

----- . Página 10. *Jornal Zero Hora*, 8 set. 1998, p. 8.

----- . Página 10. *Jornal Zero Hora*, 11 set. 1998, p. 10.

----- . Página 10. *Jornal Zero Hora*, 12 set. 1998, p. 10.

----- . Página 10. *Jornal Zero Hora*, 13 set. 1998, p. 10.

----- . Página 10. *Jornal Zero Hora*, 14 set. 1998, p. 6.

----- . Página 10. *Jornal Zero Hora*, 5 out. 1998, p. 10.

----- . Página 10. *Jornal Zero Hora*, 7 out. 1998, p. 10.

----- . Página 10. *Jornal Zero Hora*, 13 out. 1998, p. 10.

----- . Página 10. *Jornal Zero Hora*, 13 out. 1998, p. 10.

----- . Página 10. *Jornal Zero Hora*, 21 out. 1998, p. 8.

----- . Página 10. *Jornal Zero Hora*, 22 out. 1998, p. 10.

----- . Página 10. *Jornal Zero Hora*, 26 out. 1998, p. 10.

----- . Página 10. *Jornal Zero Hora*, 29 out. 1998, p. 12.

----- . Página 10. *Jornal Zero Hora*, 2 nov. 1998, p. 10.

----- . Página 10. *Jornal Zero Hora*, 27 nov. 1998, p. 10.

----- . Página 10. Jornal Zero Hora, 30 dez. 1998, p. 10.

----- . Página 10. Jornal Zero Hora, 31 dez. 1998, p. 10.

----- . Página 10. Jornal Zero Hora, 16 jan. 1999, p. 10.

----- . Página 10. Jornal Zero Hora, 25 jan. 1999, p. 10.

----- . Página 10. Jornal Zero Hora, 31 jan. 1999c, p. 10.

----- . Página 10. Jornal Zero Hora, 2 fev. 1999d, p. 10.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 jan. de 2025.

CARDOSO, Fernando Henrique. *A arte da política: A história que vivi*. Civilização Brasileira, 2015.

----- . *Diários da presidência: Volume 1 (1995-1996)*. Editora Companhia das Letras, 2015.

CARVALHO, Flávia Sanches de. A questão agrária na agenda governamental de FHC e Lula: uma análise à luz dos estudos de formação de agenda. 2017. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal de São Carlos: Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2017, 101 p.

CHACRA, Guga. É errado e preconceituoso usar “xiita” como sinônimo de “radical”. Estadão, 26 jun. 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/internacional/gustavo-chacra/e-errado-e-preconceituoso-usar-xiita-como-sinonimo-de-radical/>. Acesso em 4 jan. 2025.

COIMBRA, David et al. *A história dos Grenais*. L&PM Editores, 2009.

COUTO, Cláudio Gonçalves et al. De protagonista a parceiro da governabilidade: o papel ambíguo e indispensável do PMDB no sistema político brasileiro. In: DANTAS, Humberto; TOLEDO, José Roberto de; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. (Org.). *Análise Política e Jornalismo de Dados: Ensaio a Partir do Basômetro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, pp. 57-74.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *São Paulo: Projeto História*, n. 35, pp. 253-270, dez. 2007.

CUNHA, Eduardo; CUNHA, Danielle. *Tchau, querida: o diário do impeachment*. Matrix Editora, 2021.

DIAS, André Bonsanto. Para além do rascunho: jornalistas “fazedores de história” e as rememorações do golpe de 1964, cinquenta anos depois. Juiz de Fora, UFJF: *Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação*, v. 8, n. 2, pp. 1-17, dez. 2014.

DUARTE, Rachel. PT se caracteriza pela unidade, apesar das correntes. Porto Alegre: Sul 21, 22 nov. 2010. Disponível em: <https://sul21.com.br/noticiasultimas-noticiaspolitica/2010/11/pt-se-caracteriza-pela-unidade-apesar-das-correntes/>. Acesso em: 13 jan. 2025.

FORTUNATI, José; HOHFELDT, Antônio. *O fascínio da Estrela: trajetória e contradições do Partido dos Trabalhadores*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001.

GRILL, Igor Gastal. A herança trabalhista no Rio Grande do Sul: Parentesco, carisma e partidos. *Sociedade e Cultura*, v. 7, n. 2, pp. 225-236, 2004.

_____. Laços, carisma e eventos: a construção da herança trabalhista no Rio Grande do Sul. *Revista Prâxis*, v. 1, pp. 33-41, 2005.

JORNAL VALE DOS SINOS. Festa das urnas mobiliza a região. São Leopoldo, 03 out. 1996. Capa.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. A Imprensa como Fonte: Apontamentos Teóricos- Metodológicos Iniciais Acerca da Utilização do Periódico Imprenso na Pesquisa Histórica. *Revista de História Bilros. História(s), Sociedade(s) e Cultura(s)*, v. 4, n. 6, pp. 11-29, ago. 2016.

_____. Em minoria: uma análise da relação entre as oposições e o governo Olívio Dutra no Rio Grande do Sul (1999-2002). 2020. [Tese de Doutorado]. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Programa de Pós-Graduação em História, 2020, 300 p.

LEÃES, Eduardo Terres. Coluna política e agendamento: a “Página 10” do Jornal Zero Hora. 2009. [Dissertação de Mestrado]. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, 2009, 165 p.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINKSY, Carla Bassanesi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

LUSSANI, Maria. O CR-P nas eleições de 1998 para o governo gaúcho: A vitória da contra-hegemonia. *Revista Contracampo*, n. 09, pp. 69-85, 2003.

MAGLIA, Cristiana. Tendências do Partido dos Trabalhadores e a indisciplina na Câmara dos Deputados. Paraná Eleitoral: *Revista Brasileira de Direito Eleitoral e Ciência Política*, Curitiba, v. 8, n. 2, pp. 261-287, 2019.

MOREIRA, Marcelo. “Pemedebismo”: rupturas e continuidades no Brasil contemporâneo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 30, n. 89, pp. 171-175, 2015.

NETO, Antonio Julio Menezes. A Igreja Católica e os Movimentos Sociais do Campo: A Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. *Caderno CRH*, v. 20, n. 50, pp. 331-341, 2007.

NICOLAU, Jairo. *Representantes de quem?* Os (des) caminhos do seu voto da urna à Câmara dos Deputados. Companhia das Letras, 2017.

OLIVEIRA, Augusto Neftali Corte. Partidos e coalizões no Rio Grande do Sul: questões de governabilidade e representatividade. *Indicadores Econômicos FEE*, v. 44, n. 2, pp. 79-92, 2016.

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. A natureza jurídica dos crimes de responsabilidade presidencial no direito Brasileiro: Lições a partir do impeachment de Dilma Rousseff. *Revista Eletrônica de Direito Público*, v. 4, n. 2, pp. 220-245, 2017

PALMEIRA, Andre Franklin. A Trajetória do MDB/PMDB e a política brasileira nas últimas décadas. *Revista Convergência Crítica*, n. 7, pp. 163-182, 2015.

PARKINSON, Gari. FourFourTwo’s 50 Biggest Derbies in the World, No.8: Grêmio vs Internacional. FourFourTwo, London, 29 abr. 2016. Disponível em: <https://www.fourfourtwo.com/features/fourfourtwos-50-biggest-derbies-world-no8-gremio-vs-internacional>. Acesso em: 19 jan. 2025.

PARTIDO DOS TRABALHADORES – PT. Comissão Nacional Provisória. Carta de Princípios. 1 mai. 1979. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/pt42anos/timeline/carta-de-principios/>. Acesso em: 23 jan. 2025.

PASSOS, Manoel Caetano de Araújo. Estabilidade e rotatividade do secretariado no Rio Grande do Sul: 1991-2002–governos de minoria e governos de maioria. 2013. [Tese de Doutorado]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2013, 179 p.

PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco. *Por baixo dos panos: governadores e assembleias no Brasil contemporâneo*. Vitória: EDUFES, 2014, 270 p.

REALE, Miguel. Semiparlamentarismo e Semipresidencialismo. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 32, pp. 131-136, 1991.

RIO GRANDE DO SUL. Constituição do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1989. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/dal/LinkClick.aspx?fileticket=WQdIfqNoXO4%3d&tabid=3683&mid=5359>. Acesso em: 20 jan. 2025.

..... Resolução n. 2.288, de 18 de janeiro de 1991 e alterações. Dispõem sobre o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1991. Disponível em: <https://www2.al.rs.gov.br/dal/LinkClick.aspx?fileticket=CGMW3q-p29c%3D&tabid=3682&mid=5357>. Acesso em: 22 jan. 2025.

..... Nota Oficial sobre a Transição de Governo. Jornal Zero Hora, 24 e 25 dez. 1998, p. 11.

SCHMITT, Rogério. *Partidos políticos no Brasil – 1945-2000*. Zahar, 2000.

SCHUSTER, Marco Antonio Franzmann. Página 10 e PT: jornalismo e política na sociedade de comunicação. 2002. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, 2002, 184 p.

..... Do Raio X à Página 10: uma história do colonismo político gaúcho. *Revista FAMECOS*, v. 10, n. 21, pp. 121-129, 2003.

SOUZA, Carlos Alberto de. Britto é indicado para o Governo do RS. Folha de São Paulo, 07 mar. 1994. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/3/07/brasil/9.html>. Acesso em: 2 fev. 2025.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Habeas Corpus nº 81.166-3 – Rio Grande do Sul. Relator: Ministro Marco Aurélio. Pacientes: Laerte Dorneles Meliga e Ronaldo Miro Zulke. Impetrantes: Nereu Lima e outros. Coator: Tribunal Superior Eleitoral. Decisão liminar. Brasília, 17 jul. 2001. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2001-jul-21/supremo_suspende_decisao_prejudicava_deputado/. Acesso em: 7 jan. 2025.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – TRE-RS. Eleições 1998: Deputados Estaduais Eleitos. Porto Alegre, 1998. Disponível em: https://resultados.tre-rs.jus.br/eleicoes/1998/1oturno/est_eleitos.html. Acesso em: 22 jan. 2025.

..... Eleições 1994: Deputados Estaduais Eleitos. Porto Alegre, 1994. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-ant anteriores/eleicoes-1994/resultados-das-eleicoes-1994/rio-grande-do-sul/resultados-das-eleicoes-1994-rio-grande-do-sul-deputado-estadual>. Acesso em: 22 jan. 2025.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL – TSE. Progressistas. Brasília, [s.d.]. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-registrados-no-tse/partido-progressista>. Acesso em: 27 jan. 2025.

VIEIRA, Lucas Schuab. A Imprensa como Fonte para a Pesquisa em História: Teoria e Método. Lisboa: *Revista Recensio*, 2010. Disponível em: <https://bocc.ubi.pt/pag/vieira-lucas-2013-imprensa-fonte-pesquisa.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2024.

WEBER, Maria Helena et al. Por que Olívio venceu? Por que Britto perdeu? Universidade: entrevistas. Porto Alegre: UFRGS, pp. 151-163, 2004.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. Projeto História: *Revista do Programa de Estudos Pós-graduação de História*, v. 4, 1985.

Artigo recebido para publicação em 03/05/25 e aprovado em 30/06/25.